



O Capitalista e o Empreendedor: Ensaios Sobre Organizações e Mercados

Peter G. Klein

São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2015.

(272 páginas)

ISBN: 978-85-8119-100-3

A história da moderna Teoria da Firma acompanha a evolução das ideias na teoria econômica. No que diz respeito à economia clássica, já em Adam Smith (1723-1790) podemos encontrar algumas reflexões relacionadas à maior eficiência das *manufaturas* no processo produtivo, em comparação com os agentes econômicos individuais. Para o economista escocês, essa vantagem na eficiência se devia à divisão do trabalho, que seria melhor coordenada pelas *manufaturas* do que pelos indivíduos.

Na elaboração dos trabalhos que fundaram e embasaram a economia neoclássica, o economista inglês Alfred Marshall (1842-1924) dedicou atenção considerável ao tema da firma, explorando a relação entre as firmas e a atividade empresarial no mercado. Dessa maneira, Marshall se debruçou sobre o papel da firma no funcionamento do sistema capitalista¹. Uma de suas ideias centrais é a de firma representativa, construção analítica que desenvolveu para explicar como a lei dos rendimentos crescentes e a lei dos rendimentos decrescentes impactariam sobre a firma². Além disso, Marshall considerava que as firmas não seriam apenas acumuladoras de capital; a firma capitalista marshalliana acumula “*capacitações, conhecimento, desenvolve sua organização interna (incluindo hierarquia*

e relações com os trabalhadores), estabelece e amplia sua clientela”³.

Mais um passo importante no desenvolvimento da moderna Teoria da Firma foi dado pelo economista britânico Ronald Harry Coase (1910-2013) em seu célebre artigo de 1937, “*The Nature of the Firm*”⁴. Para Coase, a principal questão era: por que firmas existem? Para responder a essa pergunta, Coase observa que operar no mercado envolve *custos de transação* e as firmas surgiriam, portanto, com o propósito de operacionalizar e minimizar tais custos. No decorrer de suas investigações, Coase desenvolveu uma perspectiva institucional que contempla tanto a firma quanto o mercado como instituições que participam do processo de coordenação da atividade econômica. Dessa maneira, parte da produção seria realizada por instituições hierárquicas, as firmas, enquanto o restante resultaria da coordenação espontânea proporcionada pelo sistema de preços.

Complementando e desenvolvendo a abordagem de Coase, o economista norte-americano Oliver Eaton Williamson também contesta a concepção da firma como uma caixa preta que recebe *inputs* e devolve *outputs*. Williamson explicitamente enfatiza a necessidade de estudar a organização interna das firmas:

¹ KERSTENETZKY, Jaques. Organização Empresarial em Alfred Marshall. **Estudos Econômicos**, Vol. 434, No. 2 (Abril-Junho 2004): 369-392.

² MARSHALL, Alfred. **Principles of Economics**. New York: Palgrave Macmillan, 2013. p. 265.

³ KERSTENETZKY. Organização Empresarial em Alfred Marshall, p. 376.

⁴ COASE, Ronald. The Nature of the Firm. **Economica (New Series)**, Vol. 4, No. 16 (Nov. 1937): 386-405.

No geral, a organização econômica é estudada como se o mercado e os métodos administrativos estivessem separados. O estudo da organização do mercado compete aos economistas; já o estudo da organização interna corresponde aos especialistas na teoria da organização e nunca há convergência. Em *Mercados y Jerarquías*, defende-se que, para entender as forças e os limites do mercado, bem como os métodos internos de organização, é necessário empreender a análise de cada um deles em relação ao outro⁵.

Além disso, baseando-se na ideia de *racionalidade limitada*⁶, Williamson atenta para o papel dos fatores humanos nos custos de transação⁷. Na teoria neoclássica, a ênfase é no *Homo economicus* racional que tem pleno conhecimento das diversas variáveis que se apresentam nas situações econômicas e pode, assim, maximizar sua função utilidade. Williamson, em contraste, leva em consideração o papel das incertezas e das limitações cognitivas. Em um ambiente econômico complexo, a organização interna da firma conseguiria lidar melhor com as transações do que agentes econômicos individuais.

Dada a importância do tema da firma na teoria econômica e reconhecendo o lugar de proeminência que a Escola Austríaca de ocupa nessa mesma teoria, é de surpreender que autores austríacos tenham dedicado tão pouca atenção às firmas e organizações, inclusive no que diz respeito a seus mecanismos internos. O mercado ocupa lugar de destaque nas abordagens austríacas e grande parte dos temas tratados por autores dessa corrente diz respeito, direta ou indiretamente, ao funcio-

namento do processo de mercado. Outro tópico de pesquisa recorrente na Escola Austríaca diz respeito à origem e evolução institucional (por exemplo, os trabalhos seminais de Carl Menger (1840-1921) sobre a origem da moeda⁸ e os desenvolvimentos teóricos da Friedrich A. Hayek (1899-1992) sobre evolução das culturas e sociedades⁹). Ainda assim, é visível que a Teoria da Firma, um assunto que poderia ser abordado de maneira muito rica segundo uma perspectiva austríaca, ficou em segundo plano até recentemente.

É neste arcabouço intelectual que a contribuição do professor Peter G. Klein se insere. Em *O Capitalista e o Empreendedor: Ensaio sobre Organizações e Mercados*, o autor apresenta e discute diversos aspectos que compõem uma abordagem caracteristicamente austríaca para o problema da firma. Na estruturação de suas argumentações, Klein parte das leituras institucionais de Coase e Williamson para a firma e os custos de transação, porém enriquece a análise com a teoria austríaca do capital (em particular o conceito de capital heterogêneo) e com as contribuições austríacas para o estudo do empreendedorismo e da atividade empresarial – tema, por sinal, indissociável de qualquer tratamento satisfatório para a firma.

Peter Klein começa o livro, nos dois primeiros capítulos, abrindo a assim chamada “caixa preta” da firma e mostrando as razões pelas quais seu tratamento como função misteriosa que recebe *inputs* e devolve produtos é inadequado para dar conta de diversos aspectos da prática contemporânea dos negócios. Seu argumento central nesses dois capítulos é, contudo, que o conceito de cálculo econômico de Ludwig von Mises (1881-1973), desenvolvido como uma das contribuições

⁵ WILLIAMSON, Oliver E. *Mercados y Jerarquías: Su Análisis y Sus Implicaciones Antitrust*. México: Fondo de Cultura Económica, 1991. p. 7.

⁶ Conceito introduzido e desenvolvido por Herbert Simon (1916-2001) em 1957. Ver: SIMON, Herbert A. *Models of Man, Social and Rational: Mathematical Essays on Rational Human Behavior in a Social Setting*. New York: John Wiley and Sons, 1957.

⁷ WILLIAMSON. *Mercados y Jerarquías: Su Análisis y Sus Implicaciones Antitrust*, p. 20.

⁸ MENGER, Carl. On the Origins of Money. *Economic Journal*, Vol. 2 (1892): 239-255.

⁹ Ver: HAYEK, Friedrich A. *Law, Legislation and Liberty. Vol. 1: Rules and Order*. Chicago: University of Chicago Press, 1973; HAYEK, Friedrich A. *The Counter-Revolution of Science: Studies on the Abuse of Reason*. Indianapolis: Liberty Press, 1979.

mais importantes desse autor tanto para a teoria econômica, quanto para a refutação das teorias socialistas para a economia, é um elemento central para uma teoria genuinamente austríaca da firma. Klein aprofunda a discussão mostrando como o cálculo econômico do empreendedor ajuda a enfrentar a questão dos limites para o tamanho da firma. No segundo capítulo, mais especificamente, o autor se apoia em Murray Rothbard (1926-1995) e em seu conceito de empreendedor-capitalista para colocar o empreendedorismo, ao lado do cálculo econômico, no centro de uma teoria austríaca da firma de claro viés misesiano. É importante observar, no entanto, que Klein não se distancia da abordagem de Ronald Coase. Apenas desloca a ênfase para as ações do empreendedor-capitalista.

O terceiro capítulo é dedicado a uma discussão do problema das alienações. O capítulo é orientado pela indagação a respeito de se os empreendedores cometem erros previsíveis. A resposta de Peter Klein, de acordo com sua perspectiva austríaca, é negativa. A competição no mercado é um processo dinâmico e que envolve descobertas. Uma vez realizada uma aquisição, seus resultados no longo prazo não podem ser antecipados, assim como os resultados de qualquer outra ação empresarial. Dessa forma, alienações não podem ser consideradas como consequência de erros cometidos no momento das aquisições. Mais propriamente, correspondem a experimentações, processos de aprendizado, de tentativas e erros, bem como de outras atividades que resultam benéficas para a sociedade. Além disso, tanto a teoria quanto as evidências empíricas indicam que o fato de imperfeições estarem presentes na tomada de decisões empresariais não significa que possa existir alguma alternativa para a governança baseada no mercado.

No quarto capítulo, o autor entra no tema de como a teoria austríaca do capital contribui para um entendimento mais robusto da firma econômica. O elemento crucial de sua abordagem é a ideia, seguindo prin-

cipalmente Ludwig Lachmann (1906-1990)¹⁰, de que os bens de capital são heterogêneos e apresentam especificidades múltiplas. O empreendedorismo é indissociável, segundo o autor, do gerenciamento de ativos e do controle de recursos. Assim, a lição que o autor nos transmite é que os empreendedores desempenham a função de organizar bens de capital que são heterogêneos. Na verdade, conforme observa adequadamente, se os bens de capital fossem de natureza homogênea, as ações dos empreendedores seriam triviais e a própria teoria da firma seria irrelevante. O tratamento dos bens de capital como heterogêneos, mais do que uma marca distintiva da perspectiva austríaca, é importante para colocar o empreendedor como figura de destaque nos processos do mercado.

O quinto capítulo apresenta a relação entre a teoria da firma e a perspectiva austríaca para o empreendedorismo. Talvez esta seja o ponto mais inovador do argumento geral de Peter Klein: o autor desloca o foco da posição kirzneriana do empreendedorismo como estado de alerta para oportunidades de lucro e coloca a ênfase no comportamento do empreendedor como agente econômico diante da incerteza, isto é, trata o empreendedorismo como julgamento (em uma abordagem que está mais próxima de Mises e de Frank Knight (1885-1972) do que de Kirzner). A fundamentação teórica que sustenta esse movimento é aprofundada no sexto capítulo, no qual o autor discute o posicionamento de Mises e Knight com relação ao conceito de incerteza.

No sétimo capítulo, o autor desmonta diversos preconceitos que sustentam a ideia de que a perspectiva da Escola Austríaca se limita a proporcionar contribuições para a teoria econômica “pura”. Na verdade, Klein defende a necessidade de expor a importância da teoria do valor e dos preços para a abordagem austríaca. Assim, mais do que lidar com temas como subjetivismo, ordem espontânea e incerteza, que são temas importantes para

¹⁰ LACHMANN, Ludwig M. *Capital and its Structure*. London: G. Bell & Sons, 1956.

o aprofundamento teórico e o embasamento filosófico, mas que também parecem distantes da economia real e da prática econômica, Klein ressalta que não podemos perder de vista as teorias austríacas para a formação de preços, para o capital, para as flutuações econômicas e outros assuntos que impactam diretamente nas firmas e empreendedores. Fica, aqui, uma importante reflexão para os acadêmicos contemporâneos: que direções seguir para que o desenvolvimento da teoria austríaca gere mais frutos? Desde sua concepção e nos trabalhos de seus autores mais representativos, a economia austríaca não tem perdido o contato com o mundo real. Trata-se de um legado que as futuras gerações de autores austríacos deveriam se esforçar para preservar.

O oitavo e último capítulo reúne diversos ensaios de caráter mais informal sobre assuntos variados. A proposta do autor, ao fechar o livro com esses ensaios, é se dirigir a um público mais extenso ao invés de se limitar ao debate acadêmico. Destaco, dentre esses ensaios, a importância do texto sobre Williamson e os austríacos – no qual o autor apresenta uma visão geral a respeito do desenvolvimento da teoria da firma com embasamento nitidamente austríaco ao passo em que estabelece um diálogo produtivo com a vertente institucionalista.

Em *O Capitalista e o Empreendedor: Ensaios Sobre Organizações e Mercados*, ao atentar para a necessidade de lidar tanto com o papel do capital heterogêneo quanto com a fun-

ção ativa do empreendedor enquanto agente crucial para o desenvolvimento das relações econômicas, Peter Klein não somente formula uma teoria econômica da firma em arcabouço caracteristicamente austríaco; o autor consolida a sugestão de Coase e Williamson a respeito da importância da firma nos mecanismos de coordenação do mercado e coloca ênfase, também, no papel do empreendedor.

Ao mostrar a importância e as vantagens da perspectiva austríaca para o estudo da firma e do empreendedorismo, o autor apresenta e desenvolve os principais elementos e resultados da Escola Austríaca de Economia. Proporciona, assim, uma visão panorâmica que satisfaz tanto o leigo ou curioso, que se aproxima do livro buscando compreender melhor o que é a Escola Austríaca, quanto o especialista interessado em uma abordagem robusta para temas específicos dentro da teoria econômica da firma e do empreendedorismo. O livro de Peter Klein é, portanto, uma obra valiosa para quem quer começar a entrar em contato com temas austríacos a partir de um ponto de vista mais aplicado. Ao mesmo tempo, é indispensável para os estudiosos que lidam com a teoria da firma, para os praticantes que enfrentam rotineiramente problemas relacionados à gestão de organizações e à tomada de decisões empresariais, bem como para os acadêmicos de orientação austríaca que desejam levar adiante novos desenvolvimentos e contribuições teóricas. ∞

Yasmmmin Cortes Martins

Tecnóloga em Análise e Desenvolvimento de Sistemas pelo Instituto Federal Fluminense (IFF).
Mestre em Sistemas e Computação pelo Instituto Militar de Engenharia (IME).
nim_asay@hotmail.com